



Cooperação América do Sul e África a nível securitário (I)

Iste texto que é parte de uma Palestra, ocorrida no dia 9 de Maio de 2022r, na Universidade Autónoma de Lisboa, no âmbito do Curso de Avançados de Estudos Regionais 2021/2022 (4ª EDIÇÃO).

Esta cooperação ocorre essencialmente no âmbito da ZOPACAS e da CPLP, a nível das Forças de Paz da ONU – as UN Peacekeeping –, que não desenvolverei neste texto, independentemente de haver acordos bilaterais entre alguns países Latino-Americanos e Africanos.

De entre estes acordos bilaterais de salientar o que existe entre Brasil e Angola, denominado *“Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Defesa”*, assinado em Brasília, em 23 Junho 2010, que prevê *“visitas mútuas de delegações de alto nível a entidades civis e militares; formação de quadros e pessoal técnico-militar; intercâmbio de instrutores e estudantes; promoção de ações conjuntas de treino e instrução militar e exercícios militares conjuntos, consultorias no domínio de armamentos e técnica militar; implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de Defesa, com a possibilidade da participação de entidades militares de nível estratégico; e o fornecimento, reparação e modernização de armamentos e técnica militar, além de visitas a navios de guerra e aeronaves militares”*.

Acordo bilateral entre o Brasil e África do Sul, a nível da Defesa, onde sobressai a construção do míssil ar-ar V-3E ou A-Darter (Agile Darter) e que no caso brasileiro irá equipar os aviões A-1M (ou AMX A-1, da Embraer – BR e IT), F-5BR (Northrop F-5E Tiger – US) e Gripen F-39E, da FAB e A-4BR (McDonnell Douglas A-4 Skyhawk – US), da Marinha, e os JAS-39 Gripen (Saab JAS 39 Gripen – SWE) da SAAF (África do Sul);

Acordo trilateral da Argentina com o Brasil e a África do Sul, na área da segurança naval do Atlântico Sul.

A nível multilateral a cooperação entre os dois grupos continentais no âmbito da Defesa e Segurança, ocorrem, basicamente a nível da ZOPACAS e da CPLP, bem como, sendo que, ainda que não seja exercício aeronaval entre América Latina e África, há terem conta os que envolvem US-Africom, já abordados por mim nestas páginas em textos anteriores e os exercícios GANO (Grand African Nemo, com a presença do Brasil através de um patrulha oceânico “BNS Amazonas”, co-organizados pela França e pela Yaoundé Maritime Security Architecture), no campo de acção da Yaoundé Architecture Regional Informations System (YARIS), que visa a segurança marítima da África Ocidental e Central, cuja capacidade operacional foi atestada em 29 Setembro 2020 e reafirmada no exercício GANO 2021, que ocorreu em Ponta Negra (Pointe-Noire), Congo, entre 27 Outubro e 8 Novembro 2021; além do Brasil – único da América Latina –, participaram navios de França, Portugal, Itália e RU em coordenação com o Centro Regional de Segurança Marítima da África Central (CRESMAC – Centre Regional de Sécurité Maritime de l’Afrique Centrale), localizado em Pointe-Noire, Congo – um dos Centros da Arquitectura Yaoundé criada pelas organizações regionais CEDEAO e CEEAC e pela Comissão do Golfo da Guiné, sendo que o outro é o Centro Regional para a Segurança Marítima na África Ocidental (CRESMAO – Centre régional de sécurité maritime de l’Afrique de l’Ouest).

ZOPACAS

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS ou ZPCAS) foi criada em 1986, por iniciativa brasileira, do presidente José Sarney, e apoio do presidente argentino, Raul Alfonsín Foultes, através de uma proposta à ONU, tendo sido aprovada pela Resolução da Assembleia-geral da ONU 41/11, de 27 Outubro 1986, com o voto contrário dos EUA e abstenção dos países europeus do BENELUX, Alemanha, França, Itália e Portugal e do Japão). Tem sede em Brasília.

Iniciada no período final da Guerra Fria, logo após a Guerra das Malvinas/Falkland (1982), o fórum abrange os países africanos e sul-americanos banhados pelo Atlântico Sul. Inicialmente, configurou-se como um contraponto à NATO/OTAN e procurou substituir um projeto similar no Atlântico Sul, a nado-morto Organização do Tratado do Atlântico Sul (SATO/OTAS), liderada pela África do Sul e promove a cooperação regional e a manutenção da paz e segurança na região do Atlântico Sul, bem como cooperação que visem a integração e colaboração regional, nas áreas económica e comercial, científica e técnica, política e diplomática. A ZOPACAS defendia era – e ainda é – um Atlântico Sul livre de armas nucleares e que ficou consagrado, em 1996 (mas que só entrou em vigor em 15 Julho 2009 com a 28ª ratificação) através do Tratado africano para a formação de uma zona livre de armas nucleares (ou Tratado de Pelindaba, relacionado com o centro sul-africano de pesquisas nucleares); todos os países africanos, incluindo a RASD, são signatários (41 já ratificaram – incluindo a RASD – e 13 ainda não o fizeram – incluem-se Marrocos e Egipto, este está a construir centrais nucleares com apoio russo) excepto o Sudão do Sul, bem como todos os países Latino-Americanos.

Integram a ZOPACAS os países as sul-americanos Argentina, Brasil e Uruguai e os africanos África do Sul, Angola, Benim, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim (ou Côte d’Ivoire), Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné (ou Guiné-Conacri), Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo (RDC), São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo; ou seja, todos os países africanos da orla marítima geopolítica e securitária do Atlântico Sul (que vai do paralelo Cabo Verde-Senegal à RAS) e os 3 principais países da América do Sul. ■

* Investigador Integrado do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL (CEI-IUL) e Investigador-Associado do CINAMIL e Pós-Doutorando da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto**

** Todos os textos por mim escritos só me responsabilizam a mim e não às entidades a que estou agregado



Cooperação América do Sul e África a nível securitário (II)

Durante um largo período, principalmente na década de 90 e até quase meados da década de 2000, a ZOPACAS esteve em completa letargia. Pode-se afirmar que esta organização teve o seu reacendimento com António Aguiar Patriota (então Ministro das Relações Exteriores), em 15 de Janeiro de 2013, na VII Reunião Ministerial da ZOPACAS, ocorrida em Montevidéu.

A ZOPACAS interage, essencialmente e cada vez mais – no que acaba de ser reafirmado pela Resolução da Assembleia-geral das NU, nº 75/312, de 29 de Julho de 2021, intitulada “Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul” –, com a Comissão do Golfo da Guiné (CGG) e com a US-Africom (Comando norte-americano para África) em diversos exercícios militares que decorrem na chamada área do Golfo da Guiné e que vai de Cabo Verde/Senegal a Angola (especificamente na Zonas de Exclusão Económica do Golfo da Guiné e regiões costeiras da África Ocidental e com base no Código de Yaoundé (Camarões), de 25 de Junho de 2013, sobre a Segurança do Espaço Marítimo Comum), nomeadamente nos exercícios conjuntos aero-navais Obangame Express, o último dos quais, “Obangame Express 22”, ocorreu em Março de 2022, e teve sede em Benim. Participaram 32 países no OE22: Estados Unidos (país organizador), Brasil (A. Sul), Angola, Benim, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Ghana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Marrocos, Namíbia, Níger, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo (África) e Bélgica, Dinamarca, França, Holanda, Itália, Polónia, Portugal e Canadá. Houve ainda a participação, como entidades regionais, da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC).

Apesar de não terem participado nestes últimos exercícios, tanto a Argentina como o Uruguai (mais este) têm-no feito em outras edições.

CPLP:

A nível da CPLP, no que toca à defesa e segurança, há dois factores que se evidenciam: os Exercícios Felino e do Centro de Análise Estratégica (CAE/CPLP).

Relativamente aos Exercícios Felino, estes têm como objectivos exercitar uma Força Tarefa Conjunta e Combinada (FTCC) constituída no âmbito dos países da CPLP e incrementar a interoperabilidade das suas Forças Armadas dos Estados-membros da Comunidade e o treino para o emprego das mesmas em operações de paz e de assistência humanitária, sob a égide da Organização das Nações Unidas, e respeitadas as legislações nacionais. Os exercícios Felino realizam-se desde o ano de 2000, em regime de rotatividade pelos diferentes países da CPLP.

O mais recente “Exercícios Felino 2018/2019” ocorreu em Angola, em Catumbela, em Setembro de 2019, sob o lema “Operações de Apoio à Paz e de Ajuda Humanitária”, não se vislumbrando quando serão os próximos que seriam sob a organização do Brasil.

O Centro de Análise Estratégica da CPLP – CAE/CPLP existe desde 2003, com sede em Maputo, Moçambique, é um dos 6 órgãos da componente de Defesa da CPLP – [os outros são o CEMGFA, a CPLP e os seus diferentes protocolos de cooperação técnico-militar, DPDP – Reunião de Directores de Política de Defesa Nacional, MDN – reunião dos Ministros da Defesa Nacional dos Estados-membros, SPAD – Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa], responsável pela pesquisa, estudo e difusão de conhecimentos, no domínio da Estratégia, com interesse para os objectivos da Comunidade, que passam por contribuir para promover:

- a) a pesquisa, reflexão e intercâmbio de conhecimentos, tendo em vista a interpretação, actualização e aplicação de doutrinas e procedimentos estratégicos na área da Defesa, de interesse comum;
- b) o estudo de questões estratégicas de interesse comum que habilitem a tomada de posições concertadas nos diversos fóruns internacionais;
- c) e desenvolver estudos e projectos de investigação sobre Estratégia na área da Defesa, tendo em consideração as necessidades dos Estados-membros;
- d) promover o intercâmbio e a cooperação com Centros de Estudos de interesse para CAE/CPLP, dentro e fora da Comunidade;
- e) o arquivo e a divulgação de estudos e documentos no âmbito das suas actividades.

A actividade do CAE/CPLP pode ser seguida, além do seu portal/site, através da sua Revista Estratégica (científica e anual), a última das quais, número 3, saiu em Dezembro de 2021.

O Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Evandro Rodrigues Camelo, de nacionalidade brasileira, foi um dos seus maiores impulsionadores, enquanto Director do CAE/CPLP (de 2019 a 2022), tendo sido substituído em Fevereiro de 2022 pelo Coronel Armindo Alcides Garcia Sá Nogueira Miranda (Cabo Verde). ■

Fim

*Investigador Integrado do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL (CEI-IUL) e Investigador-Associado do CINAMIL e Pós-Doutorado da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto**

** Todos os textos por mim escritos só me responsabilizam a mim e não às entidades a que estou agregado